

A Morbidade do Indivíduo Moderno: Relações entre as democracias e os fenômenos econômico- políticos mundiais

João Vítor Koenig Ferraz¹

Resumo

O presente trabalho busca analisar a totalidade de um fenômeno transformador dos espaços democráticos nas últimas décadas à luz das mudanças econômico-sociais e suas relações com os indivíduos e suas subjetividades, apoiando-se principalmente em quatro obras: “A Nova Razão do Mundo”, de Pierre Dardot e Christian Laval, “A Condição Pós-Moderna”, de David Harvey, “In the Ruins of Neoliberalism”, de Wendy Brown e “Democracia Contra Capitalismo” de Ellen Wood. A metodologia empregada foi a de pesquisa bibliográfica em obras recentes que fundamentam esse debate. A principal conclusão do presente trabalho é que somente através de análises que relacionem as condições histórico-materiais com as alterações paulatinamente desenvolvidas sobre as identidades e concepções dos seres sociais permitirão um entendimento mais amplo sobre as alterações contemporâneas em diferentes democracias representativas-liberais. Assim, buscando fugir das armadilhas que surgem do determinismo de uma área sobre a outra, o presente trabalho ressalta a necessidade de encarar o mundo através de uma ótica dialética, em que o fenômeno analisado se inscreve de diferentes maneiras na realidade e, a partir de suas interações com as condições existentes anteriores, promove sínteses no desenvolvimento das sociedades, sem possuir, necessariamente, um caráter qualitativamente bom ou ruim.

Palavras-chaves: Democracia, Indivíduos, Materialismo Histórico, Identidades.

Abstract

This work seeks to analyze the totality of a transforming phenomenon of the democratic spaces over last decades, based on the social and economic changes and their relations with the individuals and their subjectivity, supported mainly in four books: “The New Way of the World: On Neoliberal Society”, from Pierre Dardot and Christian Laval, “The Condition of Postmodernity”, from David Harvey, “In the ruins of neoliberalism”, from Wendy Brown and “Democracy Against Capitalism”, from Ellen Wood. The methodology is supported by bibliographical research with recent works on this debate. The main conclusion of this present essay is that only through analysis that relate the historical and material conditions with the changes gradually developed over the identities and the conception of the social being will allow a wider understanding about the contemporary changes over different representative-liberal democracies. Thus, trying to avoid the traps of the determinism of one area over another, the present essay points out the necessity of viewing the world through a dialectic optics, in which the phenomenon analyzed inscribe itself in reality by different ways, and based on its

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bolsista de Iniciação Científica no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). E-mail: jvkferraz@gmail.com.

interactions with the previous existing conditions, it promotes synthesis in the development of the societies, without having, necessarily, a character qualitatively of good or bad.

Keywords: Democracy, Individuals, Historical Materialism, Identities.

Introdução

A realidade com que se depara o mundo atual aponta para a urgente necessidade de reflexões que possam reproduzir, no campo teórico, o movimento real que desponta, aos olhos dos observadores, sob a imagem do gradual esfacelamento das democracias representativas-liberais ao redor do mundo. Muito mais do que isso, a materialidade das mudanças nas agendas governamentais, nas relações sociais e na própria concepção ontológica do indivíduo moderno apontam para um fenômeno que, em sua essência, urge um ataque direto aos princípios de coletividade e de pertencimento sob a redoma dos Estados.

Nesse sentido, compreender a temática das repúblicas em crise e possivelmente o esfacelamento dos ideais democráticos, ou então das alterações no conteúdo das democracias e dos Estados nos dias de hoje, considerando a ascensão de governos com traços acentuados de conservadorismo, autoritarismo e hostilidade, nos remete a uma série de inquietantes questões: o que move essas mudanças dentro da sociedade? Seriam mudanças deliberadas, com agentes oniscientes e projetos delimitados, ou sínteses de um processo histórico condicionado às necessidades da conjuntura econômica-social dos últimos anos? A tentativa de esboçar respostas a tais questões e compreender quando houve “A Grande Virada” na história recente, para usar o termo da obra que inspira o presente artigo, *A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval, se traduzirá em uma breve contextualização da transição entre os paradigmas fordista e financeiro-empresarial, de modo a perceber, posteriormente, o impacto do eixo econômico-ideológico à luz das alterações subjetivas e discursivas capilarizadas entre os indivíduos na contemporaneidade.

Dessa maneira, procura-se referenciar um debate inicial que dê conta de expandir a compreensão do atual momento histórico, buscando a essência do movimento de frenesi social que cada Estado tem denotado em nível interno (e, por conseguinte, no nível externo). Em última análise, cabe recorrer ao debate programático acerca da viabilidade de um projeto de democracia (entendida, até aqui, como um regime de caráter popular) e as contradições intrínsecas ao capitalismo.

O objetivo geral do presente artigo é, portanto, analisar a relação dialética entre a formação do neoliberalismo com as democracias na atualidade, através de variados recursos

discursivos, de diferentes obras e autores. O primeiro tópico, assim, será para um desenvolvimento histórico-analítico das experiências econômicas e as mudanças estruturais das últimas décadas; o segundo será dedicado a uma abordagem de elementos concretos da realidade estadunidense, no intuito de esclarecer as contradições das sociedades capitalistas a partir da última metade do século XX e as transformações que se desdobram sobre a realidade particular daquele país. Por fim, ensejando as considerações finais do presente trabalho, irá se recorrer ao debate teórico acerca da relação entre democracia e capitalismo, permitindo conclusões que não esgotam o fenômeno aqui analisado, mas que lançam sementes sobre um campo de debate que prosperará na medida em que houver um esforço de aumentar o grau de totalização das análises atuais.

O esgotamento do regime de acumulação fordista - Uma inflexão para o Estado e sociedade neoliberais

A composição do sistema internacional atual remete nossa análise ao período em que se edificaram suas atuais estruturas de sustentação. Fundamentalmente, isso significa remeter ao momento em que o capitalismo contemporâneo mudou o eixo em que gravitava o seu regime de acumulação de riquezas, escalando, assim, para um novo nível das relações econômicas internacionais, de abrangência "globalizada". A dialética transformadora das relações internacionais ocorrida da década de 1960 em diante pode ser descrita como uma série de sínteses nos níveis internos e externos dos países que sinalizaram a superação de um paradigma de funcionamento do sistema, reconfigurando, assim, suas normas e regras, bem como alterando o próprio papel das organizações internacionais. Esse processo levado a cabo é reconhecido, em larga escala, pela significância da abertura de mercados, a liberalização das economias, ou ainda a desregulamentação do sistema global.

O caráter deste ponto de partida não deve, entretanto, ser concebido como uma leitura de determinismo econômico, mas sim de um entendimento acerca das totalidades que historicamente marcam o desenvolvimento das sociedades humanas, assentadas nas relações de produção e, portanto, no trabalho. Karl Marx (2008) alertava que a compreensão destes períodos de profundas alterações estruturais da sociedade, como irá se sustentar ao longo do presente artigo, somente é possível se captarmos a essência de seu movimento transformador. Como coloca no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*,

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. [...] A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (Marx, 2008, p. 47).

A mudança de paradigma descrita no começo desta seção é analisada a rigor na obra de David Harvey, *A Condição pós-moderna*. Os primeiros sintomas do esgotamento do modelo fordista podem ser traçados, pelo menos, a partir da metade da década de 1960, em que a conjuntura mundial sinalizava o crescimento internacional das produções, e assim, das disputas no sistema internacional. Os investimentos a passos largos em países europeus, latino-americanos (no período reconhecido pelas políticas de substituição de importações) e o próprio desenvolvimento japonês colocavam em xeque a capacidade hegemônica dos Estados Unidos da América nos eixos do fordismo keynesiano. Contudo, essa seria somente a faceta superficial de tal fenômeno.

Harvey destaca, de antemão, a rigidez característica das agendas governamentais neste período, na medida em que diversos países se comprometeram, irredutivelmente, com um sistema econômico marcado por expectativas ilimitadas de desenvolvimento e de absorção de produtos nos diferentes mercados internacionais. Seja na esfera das políticas sociais desenvolvimentistas, seja entre os próprios agentes do setor privado, os atores desse sistema não anteviram o poderoso contragolpe que viria na sequência dos próximos anos, no período denominado de *estagflação*. O empenho em dar sequência ao modelo do Estado de bem-estar social na medida em que o capitalismo pudesse seguir acumulando riquezas deu sinais de suas próprias contradições quando “o único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável” (Harvey, 2008, p. 136).

A explosão das fortes taxas inflacionárias foi uma questão de tempo - a reboque, vieram à estagnação das economias a partir de sua incapacidade de gerar demanda em um cenário tão turbulento. A síntese desse processo seria um novo modelo de regulação denominado por Harvey (2008) de “acumulação flexível”: um fenômeno de flexibilização nas relações de

produção, nos produtos e nos próprios padrões de consumo, inseridos em sucessivas rupturas de diversas instituições em processo de renovação.

É sintomático deste período que, ao passo que se aguçaram as pressões populares - a partir da redução de suas respectivas condições sociais e de poder de compra, sobretudo nas economias de países desenvolvidos -, paulatinamente se abriu espaço para uma inserção ideológica que pudesse interligar as demandas da sociedade civil com o novo projeto de agendas governamentais em nível global. Como se observará essas orientações não abarcaram somente as ideias “necessárias” para a resolução daquela crise, mas se estenderam ao pleno funcionamento social da humanidade contemporânea.

Os dois grandes vetores desse fenômeno são, notadamente, os presidentes eleitos em países centrais da economia mundial àquela época: Estados Unidos da América e Reino Unido, com as candidaturas de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Longe de apresentarem em seus discursos e agendas governamentais uma novidade no campo teórico político-econômico, o que de fato se sustentou foi uma reabilitação do neoliberalismo, através, principalmente, de expoentes acadêmicos e *think tanks* norte-americanos que construíram todo um aparato discursivo que serviu de arcabouço para as plataformas eleitorais. Conforme Dardot & Laval (2016, p. 205-207), o apelo fundamental nessa construção do neoliberalismo, enquanto fenômeno concreto da realidade global foi o resgate das ideias desenvolvidas na *Sociedade Mont Pèlerin* associadas, em um primeiro nível, aos planos de austeridade econômica e, em um segundo nível, ao cultivo de uma espécie de sentimento nostálgico entre propagandas, palestras e declarações acerca de um mundo ideal que nunca existiu. Nesse mundo ideal de “florescimento” das relações capitalistas, as sociedades puderam exercer suas liberdades individuais através de seus trabalhos e respectivos salários, sem a interferência do Estado moderno e suas inaceitáveis tributações para produzir políticas de intervenção econômico-sociais, que deturpam o equilíbrio fundamental da humanidade.

Essa concepção “maligna” acerca do Estado intervencionista foi fortemente amparada em uma concepção de Herbert Spencer que, no século XIX, relacionou a teoria da evolução de Darwin com o que ele considerava a condição fundamental dos seres humanos: a concorrência entre si. Em uma falsa simetria, a conclusão a que se chega é que a sobrevivência dos mais fortes sempre foi à lógica da vida (uma espécie de *darwinismo social*). A deslegitimação de políticas governamentais através desse

naturalismo extremo, além de satisfazer interesses ideológicos e explicar lutas comerciais ferozes entre empresas e economias nacionais, faz a concepção do motor do progresso passar da especialização para a seleção, que não tem as mesmas consequências, como bem podemos imaginar (Dardot & Laval, 2016, p. 53).

Pode-se esclarecer, a partir disso, uma categoria fundante dos debates políticos dos dias de hoje e que, em geral, engendra uma polarização entre os movimentos de esquerda e de direita acerca de uma falsa dicotomia entre Estado e Mercado, como duas instituições separadas e conflitantes. Para valer-se de Karl Polanyi (2000), a partir de sua obra *A grande transformação*, o próprio desenvolvimento do capitalismo foi um fenômeno que dependeu diretamente da ação do Estado para se constituir, desde os primórdios das formas primitivas de acumulação, passando pelas regulações e intervenções essenciais para a fundação de mercados internos coesos, até a extensão dos aparatos burocráticos para a própria emissão da moeda e internacionalização do comércio. Como explica Polanyi,

A propósito, isto ajuda a esclarecer o verdadeiro significado do termo “intervencionismo”, com o qual os liberais econômicos gostam de demonstrar o oposto da sua própria política, mas que apenas demonstra confusão de pensamento [...]. De forma estrita, o liberalismo econômico é o princípio organizador de uma sociedade na qual a indústria se baseia na instituição de um mercado auto-regulável. É verdade que, uma vez atingido um tal sistema, mesmo aproximadamente, é cada vez menos necessário um certo tipo de intervenção. Todavia, isto não quer dizer que sistema de mercado e intervenção são termos mutuamente exclusivos. Enquanto esse sistema não é estabelecido, os liberais econômicos apelarão, sem hesitar, para a intervenção do estado a fim de estabelecê-lo e, uma vez estabelecido, a fim de mantê-lo (Polanyi, 2000, p. 181).

Assim, as mudanças de paradigma são, necessariamente, frutos de uma correlação de forças. Ellen Wood, em sua obra *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, acrescenta que as relações de produção assumem em si formas jurídico-políticas particulares - e assim são atributos constituintes de um dado sistema produtivo. A separação entre o “econômico” e o “político” cumpre uma função específica na constituição das novas relações de poder no paradigma que emerge a partir das eleições de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Nas palavras de Wood,

É esse o significado da divisão do trabalho em que dois momentos de exploração capitalista - apropriação e coação - são alocados separadamente à classe apropriadora privada e a uma instituição coercitiva pública, o Estado: de um lado, o Estado “relativamente autônomo” tem o monopólio da força coercitiva; do outro, essa força sustenta o poder “econômico” privado que investe a propriedade capitalista da autoridade de organizar a produção - uma autoridade provavelmente sem precedentes no grau de controle sobre a atividade produtiva e os seres humanos nela engajados (Wood, 2011, p. 36).

A força que reveste a autoridade desses agentes privados se expressa sobre os passos subsequentes às eleições dos presidenciáveis acima referidos. As doses de austeridade econômica conduzidas por esses governos, assentadas em políticas monetárias contracionistas visando conter a inflação, somadas à grande onda de privatizações de empresas e serviços estatais, resultaram em variações bruscas nas taxas de empregabilidade. Somada ao plano discursivo-ideológico, a instabilidade empregatícia é a centelha final para a rápida propagação das novas agendas econômico-políticas dos Estados. A desregulamentação e respectiva abertura dos mercados de capitais completaram o ciclo de transformações estruturais que permitiram a fundação de um novo regime de acumulação para as classes expropriadoras. Nas palavras de Dardot & Laval (2016, p. 197), “progressivamente uma nova orientação tomou corpo em dispositivos e mecanismos econômicos que mudaram profundamente as ‘regras do jogo’ entre os diferentes capitalismos nacionais, assim como entre as classes sociais em cada um dos espaços nacionais”.

Portanto, a escassez de recursos teve um papel disciplinar e educativo, seja sobre os Estados, que adentraram as reformas estruturais de seus aparatos jurídico-políticos a reboque do esfacelamento crescente de suas economias, seja sobre os indivíduos, que sob a sombra do desemprego e de uma possível perda maior de seu poder de compra, aceitaram de braços abertos as medidas que, de fato, minimizaram a capacidade de agência do Estado na realidade de seus povos.

Sob a esfera econômica, a obrigação do Estado passa a ser gerenciar indiretamente os interesses dos indivíduos. A partir de uma lógica de seleção, é papel dos governos criarem as condições para que os seres possam concorrer livremente entre si dentro do mercado e assim criar-se um equilíbrio da sociedade. Na verdade, a interferência do Estado é precisamente um tipo de ação paradoxal. À medida que ele cumpre o papel de amparar legalmente a existência e funcionamento de um mercado de seres “livres”, ele também passa a incluir a si mesmo nessas “novas regras” do jogo econômico - em última instância, os governos passam a ser eximidos de

qualquer participação ativa dentro das disputas de seus cidadãos para além das garantias jurídico-políticas sobre a propriedade privada.

As antigas funções do Estado em relação ao plano social são instrumentalizadas para uma nova responsabilidade: o endividamento massivo no intuito de restringir a inflação ("corrigindo seus erros"), possibilitando a movimentação das riquezas através do mundo com garantias sólidas. O capital financeiro passa, desta maneira, a decidir quais agendas governamentais são aceitáveis, ou não. Para Harvey,

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um "bom clima de negócios", para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas (Harvey, 2008, p. 160).

Nesse sentido, fica evidente que o mercado passa a desempenhar o papel social não só por moldar as instituições em escala global, mas também por moldar os seres que nele existem - as seguranças, as necessidades, os serviços, quaisquer que sejam as demandas humanas dentro de uma sociedade, elas devem ser solucionadas, prioritariamente, pelos agentes privados. Nessa dialética entre o ideológico e o concreto, pode-se perceber uma das grandes conquistas do triunfo neoliberal - a busca por uma *sociedade do direito privado*. Para Hayek, três atributos são essenciais no comportamento das leis e do Estado para a existência do equilíbrio na sociedade capitalista. Conforme a obra *A nova razão do mundo* (2016),

O primeiro atributo dessas regras é, obviamente, sua generalidade: não devem fazer referência "a nenhuma pessoa, nenhum espaço ou nenhum objeto em particular" [...]. O segundo atributo é que essas regras devem ser "conhecidas e indubitáveis". Se Hayek enfatiza particularmente essa condição é porque a certeza da lei, assim como a previsibilidade de suas decisões, garantem ao indivíduo [...] esse mínimo de estabilidade sem o qual ele teria uma enorme dificuldade para levar a cabo seus próprios projetos. [...] Enfim, o terceiro atributo de uma lei verdadeira não é outro senão o da igualdade, o que significa que "toda lei deve ser aplicada igualmente a todos" (Dardot & Laval, 2016, p. 175-176).

O neoliberalismo avança, na mesma medida, a partir de suas percepções sobre como é o comportamento individual em uma sociedade capitalista. A teoria da escolha racional intermediada pelos preços, característica da escola neoclássica de economia, é elevada a uma teoria geral da escolha humana preconizada por Von Mises. Os indivíduos, para além de

satisfazerem suas demandas no mercado, passam a ser empreendedores/gestores, uma própria empresa atomizada em forma de corpo, que, invariavelmente, precisa saber como valorizar-se e agir para esse fim indefinidamente. Nas palavras de Von Mises:

A teoria geral da escolha e da preferência [...] é muito mais do que uma simples teoria do "lado econômico" das iniciativas do homem, de seus esforços para proporcionar-se coisas úteis e aumentar seu bem-estar material. Ela é a ciência de todos os gêneros do agir humano. O ato de escolher determina todas as decisões do homem. Fazendo sua escolha, o homem não opta apenas entre os diversos objetos e serviços materiais. Todos os valores humanos oferecem-se a sua escolha. Todos os fins e os meios, as considerações tanto materiais como morais, o sublime e o ordinário, o nobre e o ignóbil, são ordenados numa série única e submetidos a uma decisão que pega uma coisa e descarta outra (Von Mises apud Dardot & Laval, 2016, p.141).

O contexto geopolítico é um grande facilitador para que a narrativa neoliberal assuma força total. Nos Estados Unidos, o fracasso da experiência soviética e o horizonte do autoritarismo encarnado na pessoa de Joseph Stalin, são prontamente aproveitados pela *Escola de Chicago* (inspirada nos preceitos da *Escola austríaca*). O moralismo liberal-conservador obteve a propulsão que precisava para apontar a intervenção estatal não somente como um desvio das necessidades intrínsecas ao ser humano no capitalismo, mas também como uma destrutível ameaça às liberdades básicas de cada indivíduo, de cada família, de cada comunidade dentro de uma nação. A ruína do movimento sindical-operário é quase automática: perde-se a capacidade de aglutinar demandas e explicações para os fenômenos do momento. A grande virada entra em curso, e são precisas às palavras de Dardot & Laval, que, apresentando o teor de algumas das obras de Friedman, constatarem que

[...] até os anos 1970, desemprego, desigualdades sociais, inflação e alienação eram “patologias sociais” atribuídas ao capitalismo; a partir dos anos 1980, os mesmos males foram sistematicamente atribuídos ao Estado. O capitalismo deixou de ser o problema e se tornou a solução universal. Essa era a mensagem das obras de Friedman a partir dos anos 1960 (Dardot & Laval, 2016, p. 209).

O que se segue a partir desse momento deve ser interpretado como um movimento auto-dinamizado pelas contradições entre a narrativa hegemônica e a realidade das relações internacionais. O endividamento crescente dos Estados é, como afirmado anteriormente, consequência da busca incessante por uma estabilidade de moeda visando compatibilizar com os anseios do capital internacional. No plano discursivo, entretanto, a responsabilidade por este endividamento advém da ineficácia do Estado em gerir seus recursos. Os obstáculos à

expropriação da classe trabalhadora são, praticamente, desintegrados. François Chesnais (2016), em sua mais recente obra, *Finance Capital Today*, evidencia o grande feito da era da financeirização:

A maior conquista do Capital durante os últimos 40 anos fora a criação de uma força de trabalho global, a partir da liberalização das finanças, trocas e investimento direto e a incorporação da China e da Índia no mercado mundial. Isto é frequentemente referenciado como a “grande duplicação do da força de trabalho global”, mas pode ser mais precisamente descrito como o potencial exército de reserva industrial global. Sua existência aponta as condições para o aumento na taxa de exploração e na configuração de um exército de reserva industrial em cada economia nacional. O advento do “desemprego estrutural”, de uma situação em que as gerações mais jovens têm sua empregabilidade negada e uma generalização de contratos de curto e “muito curto” prazo, convoca por uma reapropriação e atualização da análise proposta por Marx sobre os diferentes estratos do exército de reserva industrial (Chesnais, 2016, p. 41)².

Considerando o novo caráter da concorrência no mercado - fundado sobre a ideia do darwinismo social -, há uma responsabilização dos indivíduos desempregados ou em trabalhos de condição precarizada. A narrativa hegemônica também se aproveita dessa flexibilização do trabalho no sentido de retroalimentar a culpa do Estado, em um sentido de estar em curso uma “expurgação” dos desequilíbrios criados nas relações de produção desde a crise de 1929. As palavras de Harvey atestam esse diagnóstico, na medida em que

a gradual retirada de apoio ao Estado de bem-estar social e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, que começaram como necessidade econômica na crise de 1973-1975, foram simplesmente transformados pelos neoconservadores numa virtude governamental. Disseminou-se a imagem de governos fortes administrando fortes doses de remédios não-palatáveis para restaurar a saúde de economias moribundas (Harvey, 2008, p.158).

A despolitização em curso é fatal. O advento de um tecnicismo político afasta os debates sobre os antagonismos de classes e os diferentes recortes patentes nas sociedades globalizadas - os contrastes cada vez maiores, por exemplo, entre centro e periferia, em uma escala reduzida nas cidades, e em uma escala totalizante nos *sistemas-mundo*. Esse fenômeno é incitado a partir

² Tradução livre. Trecho original: “Capital’s greatest achievement during the past 40 years has been the creation of a ‘global labour force’, through the liberalisation of finance, trade and direct investment and the incorporation of China and India into the world market. This is often referred to as the ‘great doubling of the global labour pool’, but can more properly be described as the potential global industrial reserve army. Its existence sets the conditions for the increase in the rate of exploitation and the configuration of the industrial reserve army in each national economy. The advent of ‘structural unemployment’, of a situation whereby the younger generations are denied employment and of the generalisation of short or very short work contracts, calls for the reappropriation and updating of the analysis proposed by Marx of the different strata of the industrial reserve army”.

da premissa básica que passa a permear as candidaturas de direita em nível internacional: encarar as questões governamentais como questões de pura gerenciabilidade e de maximização da eficácia. Em alguma medida, ao longo de sua derrocada, as próprias esquerdas passam a assimilar essa disputa acerca da gestão dos Estados, ainda que com tendências social-democratas. Nesse sentido, pode-se falar na conclusão do processo de formação de uma nova razão do mundo - uma razão que se instaura em todos os campos da vida, e cujas facetas adquirem diferentes caracteres a depender das inclinações de cada indivíduo em seu respectivo momento histórico. Já ao final da obra de Dardot & Laval (2016, p. 282-283), fica claro que até as organizações internacionais se transformam, protagonizando um papel bastante ativo na difusão dessa nova lógica neoliberal. O FMI e o Banco Mundial, destacadamente, mudam radicalmente o propósito de suas funções no sistema internacional a partir da década de 1980, em consequência da adesão dos governos dos países mais poderosos à nova racionalidade governamental; através do condicionamento de suas políticas de auxílio à mudanças estruturais nos Estados “problemáticos”, o FMI, sobretudo, passa a ser um agente preponderante sobre a ordem internacional (Dardot & Laval, 2016, p 198).

Pode-se atestar, enfim, que o governo das sociedades se torna uma instituição híbrida entre os agentes públicos e privados. As próprias populações são encaradas como recursos a serem alocados dentro dos mercados. Esta lógica, que busca suprimir os direitos sociais de quaisquer agendas governamentais, e que, em certa medida, capitaliza a própria vida humana, aponta para o que se pode denominar de uma ressignificação da cidadania no século XXI e da própria essência das democracias-liberais representativas.

Morbidades sociais - A relação entre o individualismo do século XXI e o esfacelamento dos ideais democráticos

Relacionar o desenvolvimento sócio histórico descrito na primeira parte deste trabalho com as realidades polivalentes que vivenciamos nos dias de hoje é parte fundamental do presente artigo. Sustenta-se, assim, que há uma mudança qualitativa nas relações sociais a partir das novas subjetividades produzidas a partir do avanço da razão neoliberal sobre o mundo desde o final do século XX. Nesse sentido, o apogeu das sociedades edificadas sob esse ideário individualista dominante pode ser traçado até a segunda década do século XXI, período de reorganização das relações de produção em nível global (em função da crise econômica de 2008) e, mais recentemente, reconhecido pelas conturbadas eleições de diferentes países em todo o mundo. A temática das “crises democráticas” é objeto de amplo debate, sobretudo pelo

grau de polarização a partir de um conservadorismo vinculado entre diferentes movimentos religiosos, patrióticos, xenófobos, racistas, e até neonazistas - em sua totalidade, comumente denominados de “extrema-direita”³.

Essa crise não se concretiza em um sentido essencialista de destruição da democracia, como algumas análises precipitadas apontam, mas sim pela reconfiguração das disputas internas de cada país e seu alinhamento dentro da lógica internacionalista do capital. O apelo tecnicista de seus candidatos conservadores, somado ao “desvinculamento” popular da esfera política - destituída de um papel social, comprometida, mormente com a vigilância do sistema.

Nesse sentido, a própria noção de bem-comum, fundamental para a compreensão do momento em que vivemos, é esvaziada no extremo da argumentação ideológica neoliberal. As próprias formas coletivas de solidariedade foram basicamente solapadas pela nova mentalidade dominante (Dardot & Laval, 2016, p. 228). Ou seja,

O homem moderno se dividiu em dois: o cidadão dotado de direitos inalienáveis e o homem econômico guiado por seus interesses, o homem como "fim" e o homem como "instrumento". A história desta "modernidade" consagrou um desequilíbrio a favor do segundo polo. Se quiséssemos privilegiar o desenvolvimento da democracia, mesmo que irregular, como fazem certos autores, perderíamos o eixo principal evidenciado, de maneiras diferentes, por Marx, Weber ou Polanyi: o desenvolvimento de uma lógica geral das relações humanas submetido à regra do lucro máximo (Dardot & Laval, 2016, p. 323).

O *ethos* individualista, se assim podemos chamar, tomou conta das relações sociais modernas e, nesse sentido, pode-se discutir a maneira como a democracia liberal-representativa foi afetada. É nesse sentido que surge a importância da obra mais recente da autora norte-americana Wendy Brown, intitulada *In the Ruins of Neoliberalism: The rise of Antidemocratic Politics in the West* (2019). Já na introdução da obra a autora indaga:

³ Convém destacar, nesse sentido, os movimentos evidenciados da extrema-direita recentemente durante as eleições presidenciais da França, em torno da candidata Marine Le Pen, no Brasil, em torno do candidato Jair Bolsonaro, como também no caso dos EUA, de Donald Trump, a ser abordado nesta seção. Ademais, países como Hungria, Polônia, Áustria, Itália, Turquia, entre outros, também reforçam a linha de movimentos extremistas, à luz das recentes crises humanitárias, do crescente número de refugiados e das diferenças étnicas vivenciadas no continente europeu.

Surpreendendo até elas mesmas, as forças da extrema direita ascenderam ao poder nas democracias liberais ao redor do globo. Toda eleição traz consigo um novo choque (...). Temos até mesmo dificuldade com as denominações - isso é autoritarismo, fascismo, populismo, democracia iliberal, liberalismo antidemocrático, plutocracia de direita? Ou algo diferente? (Brown, 2019, p. 1-2)⁴.

Inicialmente, Brown analisa o período dos anos 2000, no qual já se podia perceber a individualização entre os seres, cada vez mais afoitos na busca por atingirem o estereótipo do "*self-made men*". Porém, esse tipo de consciência era, como a autora coloca, menos selvagem do que vivenciamos agora. O ponto nevrálgico da situação é algo que Dardot e Laval buscam sustentar ao longo de sua obra: uma mudança de caráter ontológico a partir da nova razão do mundo, em que até a existência dos seres é objeto de capitalização - um amálgama que confere ao corpo humano um caráter de microempresa passível de gerenciamento. Esta mudança é produto não só de um ideário neoliberal em sentido econômico, mas também no sentido cultural, combinando o histórico conservadorismo paternalista-familiar cristão.

Avançando no tempo, e considerando a própria instabilidade do mercado financeiro à luz da nova lógica de autorregulação dos agentes privados, não tarda a gestação da nova crise econômica de 2008; junto dela, pode-se afirmar que emerge um novo frenesi social. Nos Estados Unidos, unidade de análise inicial de Brown, há uma "aglutinação" entre ideais nefastos e preconceituosos (racismo, xenofobia) e a precarização das condições de emprego (em um mundo já significativamente impactado pela lógica da flexibilidade denunciada por Harvey). A autora destaca que o ressentimento e a raiva social dos desempregados são canalizados para "imigrantes ladrões de empregos e minorias, conjuntamente com outras pessoas que hipoteticamente se beneficiam sem merecer da inclusão liberal" (Brown, 2019, p. 4)⁵. A nostalgia, sustentada aqui anteriormente ainda no momento de implementação da lógica neoliberal nos anos de 1970, é retomada no mesmo parágrafo por Brown, em que se pode ler

⁴ Tradução livre. Trecho original: "Taking even themselves by surprise, hard-right forces have surged to power in liberal democracies across the globe. Every election brings a new shock [...]. We even have trouble with the naming - is this authoritarianism, fascism, populism, illiberal democracy, undemocratic liberalism, right-wing plutocracy? Or something else?"

⁵ Tradução livre. Trecho original: "job-stealing immigrants and minorities, along with other imagined undeserving beneficiaries of liberal inclusion".

Essa ilustração remonta a um passado mítico no qual as famílias eram felizes, inteiras, e heterossexuais, no qual mulheres e minorias raciais sabiam seus lugares, no qual vizinhanças eram ordenadas, seguras e homogêneas, no qual a heroína era um problema de negros e terrorismo não acontecia dentro de suas pátrias, e no qual o cristianismo e a branquitude constituíam a identidade, o poder e o orgulho da nação e do Ocidente (Brown, 2019, p.4)⁶.

A grande falha dos esforços políticos na oposição aos movimentos de extrema-direita está, portanto, em sua compreensão incompleta da narrativa mundial. A aparência dos fenômenos atuais, que pode remeter às associações anacrônicas com períodos do fascismo e autoritarismo, leva a análises equivocadas, responsáveis, em grande medida, pela falta de propositividade das agendas de esquerda e centro-esquerda.

Desta forma, o fundamental da obra de Brown para o presente artigo é a forma como a autora relaciona a razão neoliberal desenvolvida nas sociedades mundiais com as forças “antidemocráticas” - aqui entendidas como forças que i) se opõem aos ideais coletivistas e de representatividade popular nas agendas governamentais; e ii) suscitam políticas de valorização dos indivíduos empreendedores. Assim, uma vez que parte da sociedade passa a se identificar com essas plataformas políticas, suas frustrações são manifestadas em diferentes países: nos Estados Unidos da América, sob o Partido Republicano, na França, sob o *Rassemblement National*, e no Brasil, sob o Partido Social Liberal. Em resumo,

À medida que a razão neoliberal ascendia, o ataque ao âmbito social - na sua mera existência e na sua pertinência enquanto uma esfera de justiça - se tornava, consequentemente, a faceta mais familiar do neoliberalismo (e.g., antiestatismo) na construção de poder corporativo, na legitimação da desigualdade, e no desencadeamento de um ataque inédito e desinibido contra os membros mais vulneráveis da sociedade (...).

A crítica neoliberal da sociedade e da justiça social em nome da liberdade e das normas morais tradicionais tornou-se, atualmente, o senso comum de uma robusta cultura neoliberal. Em sua forma extrema, temos a ideologia da “pílula vermelha” da Alt-Right; na sua forma mais moderada, é a convicção de que a vida é determinada pelas genéticas, pela responsabilidade pessoal, e pela competição do mercado (Brown, 2019, p. 41-43)⁷.

⁶ Tradução livre. Trecho original: “This figure drew on a mythical past when families were happy, whole, and heterosexual, when women and racial minorities knew their place, when neighborhoods were orderly, secure, and homogenous, when heroin was a black problem and terrorism was not inside the homeland, and when a hegemonic Christianity and whiteness constituted the manifest identity, power, and pride of the nation and the West”.

⁷ Tradução livre. Trecho original: “In short, as neoliberal reason became ascendant, the attack on the social - on its very existence and its appropriateness as a province of justice - has been as consequential as more familiar

Nesse sentido, a própria noção do que é político é resgatado pela autora, buscando esmiuçar o caráter das relações que hoje vivemos e maneiras de subverter o atual *modus operandi* do mundo. Em suas palavras,

Diferentemente da política, o político não se refere apenas às instituições ou práticas explícitas, não coincide com os Estados, e não se reduz às particularidades do poder político ou da ordem política. Pelo contrário, o político abrange um cenário de deliberações, poderes, ações e valores nos quais uma existência comum é pensada, moldada e governada (Brown, 2019, p. 55)⁸.

Brown argumenta que, para compreender o que se dá na arena institucional das democracias ao redor do mundo, devemos refletir sobre os impactos da razão neoliberal sobre o político em si - é nesta esfera que a razão neoliberal encontra subterfúgio para alterar as relações dentro de uma democracia formal, reforçando a autoridade dos agentes privados de produção. Como a autora coloca:

A gestão, o Direito e a tecnocracia tomam o lugar da deliberação democrática, da contestação e do compartilhamento de poder: diversas décadas desta hostilidade multifacetada para com a vida política democrática gerou, no melhor dos casos, uma desorientação generalizada das populações neoliberalizadas sobre o valor da democracia e, no pior dos casos, opróbrio em relação a mesma(...). Dessa forma, os efeitos neoliberais como a crescente desigualdade e a insegurança geraram populismos revoltados de direita e demagogos políticos no poder que não comportam o sonho neoliberal de cidadanias pacificadas e ordenadas, de economias desnacionalizadas, de Estados enxutos e fortes, e de instituições internacionais focadas na facilitação da acumulação de capital e na estabilização da competição (Brown, 2019, p. 57)⁹.

facets of neoliberalism (e.g., antistatism) for building corporate power, legitimating inequality, and unleashing a novel, disinhibited attack on the most vulnerable member of society[...]. The neoliberal critique of society and social justice in the name of freedom and traditional moral norms has become the common sense of a robust neoliberal culture today. At its extreme, it is the Alt-Right “red pill” ideology; in its more moderate form, it is the conviction that life is determined by genetics, personal responsibility, and market competition”.

⁸ Tradução livre. Trecho original: “Differentiated from politics, the political does not refer mainly to explicit institutions or practices, is not coterminous with states, and does not no reduce to the particulars of political power or political order. Rather, the political identifies a theater of deliberations, powers, actions, and values where common existence is thought, shaped, and governed”.

⁹ Tradução livre. Trecho original: “Management, law, and technocracy in place of democratic deliberation, contestation, and power sharing: several decades of this multifaceted hostility to democratic political life has generated in neoliberalized populations, at best, widespread disorientation about the value of democracy and at worst opprobrium toward it. [...] Thus have neoliberal effects such as growing inequality and insecurity generated angry right-wing populisms and political demagogues in power that do not comport with neoliberal dreams of pacified, orderly citizenries, denationalized economies, lean, strong states, and international institutions focused on facilitating capital accumulation and stabilizing competition”.

Uma série de conferências de Christian Laval no Brasil¹⁰ detalha o que esse fenômeno significou nos Estados Unidos. Em suas palavras, o processo de desfiliação das pessoas de seus espaços político-sociais, através dos ataques empreendidos a partir da década de 1970 contra o Estado, foi vetor fundamental da atomização dos indivíduos e do esfacelamento de uma solidariedade coletiva. Mas, na mesma medida em que há esse processo de dismantelamento de um espaço político comum aos cidadãos, observa-se uma refiliação destes indivíduos em manifestações etnocêntricas, que deslocam a insatisfação contra a degradação das condições de trabalho e de reprodução social (sustentadas sob a concorrência econômica) para uma concorrência sobre as próprias condições que um cidadão merece, ou não, fazer parte de um Estado e disputar a oferta de empregos.

Em outras palavras, a concepção de *darwinismo social*, incorporada à sobrevivência no mercado de trabalho no intuito de ressignificar a competição dos indivíduos em busca do enriquecimento, expandiu-se ao ponto de, atualmente, os cidadãos de diferentes territórios nacionais competirem pelas condições de acesso e existência sobre eles mesmos. O fator aglutinador dessas massas insatisfeitas podem ser, assim, em última instância, ideias historicamente concebidas, como o próprio fenômeno do racismo.

A conclusão fundamental de Wendy Brown é de que o arcabouço teórico neoliberal como um todo, produzido desde a reabilitação instigada a partir da *Sociedade de Mont Pèlerin*, rejeita quaisquer ideais de uma democracia robusta em termos de participação e tomadas de decisão populares. À luz do que Ellen Wood afirmou acerca da separação entre as categorias do “econômico” e do “político” cumprir um papel específico dentro de um sistema produtivo particular como o capitalismo, vislumbra-se a realidade do significado das democracias liberais-representativas na contemporaneidade.

As expectativas depositadas na capacidade pacífica de a esfera privada se organizar, possibilitando um equilíbrio das sociedades a partir da competição sob os mercados, demonstraram ser, em larga escala, ilusões construídas a partir do consenso dominante. É nesse sentido que podemos relembrar a limitação, apontada no prefácio de Karl Marx, das maneiras político-filosóficas em interpretar o mundo a partir de concepções essencializadas. A linguagem utilizada pela autora para descrever a atual situação nos Estados Unidos faz jus à realidade vivida:

¹⁰ Disponíveis no Canal “TV Boitempo”, da Boitempo Editorial, na plataforma do Youtube.

O ato de legislar nos Estados Unidos é dominado pela necessidade de satisfazer tanto a classe financiadora como um eleitorado irritado, resultando em uma cultura política de troca de favores de porcos para os plutocratas e carne jogada para as bases. Na política norte-americana atual, em função do dever dos partidos políticos em persuadir seus eleitores, mas também pelas suas obrigações com seus doadores, eles puxam o Estado em duas direções. [...] Quatro décadas de racionalidade neoliberal resultaram em uma profunda cultura política antidemocrática (Brown, 2019, p. 85-86)¹¹.

A ascensão dos movimentos patrióticos, xenófobos, racistas, sexistas, entre tantas outras características preconceituosas que têm delimitado o horizonte da segunda década do século XXI, demonstra ser uma síntese histórica valorativamente negativa, no sentido de evidenciar uma decadência do caráter solidário-social da humanidade. Na medida em que essa face da dialética do neoliberalismo demonstra ser a dominante, resta-nos o papel de buscar entender os erros de diagnóstico e práxis nas lutas das sociedades democráticas e na defesa de existências dignas entre os seres humanos.

Nesse sentido, existem perguntas fundamentais para um movimento de avaliação da realidade: qual a relação material do conceito de liberdade dos indivíduos quando estes pertencem às sociedades capitalistas? E quais os termos em que se dá a representação popular necessária a uma democracia? Ocorrem movimentos de alteração da realidade socioeconômica rumo a uma distribuição equitativa das riquezas na sociedade? O profundo sentimento antidemocrático que caracteriza as atuais forças sociais do mundo é sintomático da incapacidade do campo crítico-teórico em explicar os movimentos reais pelos quais passamos no último século. Como converter, por fim, estes anseios sociais, este frenesi em relação à dignidade de viver, em uma projeção concreta de democracia, nos termos de reivindicações e conquistas populares? Precisamente na mentalidade marxista podemos encontrar lampejos sobre a constituição de uma liberdade efetiva, a partir da superação de uma sociedade que engendra relações de classe e, no ápice de suas contradições, parece ter ressignificado a noção de cidadania sob um Estado.

¹¹ Tradução livre. Trecho original: “Legislating in the United States is dominated by the need to satisfy both a donor class and an angry electorate, with a resulting political culture of logrolling and pork for the plutocrats and meat thrown to the base. In American politics today, because political parties must woo voters, but are beholden to donors, they pull the state in two directions. [...] Four decades of neoliberal rationality has resulted in a profoundly antidemocratic political culture.”

A conexão entre a “democracia”, o “trabalho” e a “cidadania” através da história

As atuais condições das relações de produção e do regime democrático apresentadas durante o presente artigo são sínteses históricas entre diferentes concepções das sociedades. Em outras palavras, ao longo do percurso da história, sobretudo a partir da Antiguidade, alterou-se profundamente os significados em relação tanto ao trabalho como às democracias em geral. O intuito, então, ao final do presente artigo, longe de esgotar as análises que diagnosticam a razão de estarmos enfrentando momentos tão agudos em todos os países do sistema internacional, é de levantar questões que possam estimular debates sobre a compreensão das crises das democracias representativas-liberais como sintomas do esgotamento de suas possibilidades no cumprimento de seus desígnios sociais-políticos originários. Isso significará, portanto, discutir a efetividade da representatividade e da própria cidadania sob um regime que, dadas as contradições do atual paradigma econômico, não cumpre mais do que o papel de garantir formalmente as “liberdades individuais” em detrimento do poder popular subentendido originalmente no radical grego *demos*.

Nesse sentido, é conveniente retornar às compreensões atenienses acerca da democracia. Conforme Ellen Wood, que utiliza desta linha de raciocínio na segunda parte de sua obra *Democracia contra capitalismo - a atualização do materialismo histórico*, o surgimento do “trabalho livre” na Grécia Antiga, desvinculado da tarefa de servir a qualquer pessoa, é traço fundamental para compreendermos a dialética democrática específica da cidade de Atenas. Enquanto por um lado imperava um regime de escravidão, junto da exclusão social de mulheres e estrangeiros, pelo outro os cidadãos “livres” gozavam de liberdades e direitos políticos concretos na determinação da realidade da cidade-Estado.

Há, assim, uma discrepância radical entre o grau de socialização das tomadas de decisão ao contrapormos as relações sociais-políticas dos cidadãos gregos com as relações sociais-políticas dos cidadãos da contemporaneidade; àquelas caracterizadas pelos debates na ágora, estas pelas instituições formais construídas nos últimos séculos. Esta diferença se dá, fundamentalmente, na capacidade com que

A pólis grega quebrou o padrão geral das sociedades estratificadas de divisão entre governantes e produtores, especialmente a oposição entre Estados apropriadores e comunidades camponesas subjugadas. Na comunidade cívica, a participação do produtor - especialmente na democracia ateniense - significava um grau sem paralelos de liberdade dos modos tradicionais de exploração, tanto na forma de obrigação por dívida ou de servidão quanto na de impostos (Wood, 2011, p. 163).

Entretanto, a dimensão das disputas entre classes, à luz do materialismo histórico, já se colocava também no desenvolvimento dessas mesmas sociedades gregas. Na verdade,

em nenhum lugar essa oposição é tão visível quanto nos clássicos da filosofia grega. Sem meias palavras: a divisão entre governantes e produtores é o princípio fundamental da filosofia de Platão, não apenas de seus pensamentos políticos, mas de sua epistemologia (Wood, 2011, p. 165).

Na medida em que diferentes eventos e períodos transfiguraram as sociedades globais após a decadência do Império greco-romano, construiu-se uma historiografia, de claro viés ideológico, que colocou sobre a participação política de Atenas um verdadeiro fardo pejorativo - sobretudo a partir do final do século XVIII, a grande potencialidade do poder popular proveniente dos cidadãos atenienses foi convertida em uma “ralé ociosa” que era sustentada pelo trabalho escravo (Wood, 2011, p. 169). O período de constituição primitiva da burguesia e da edificação do capitalismo evidencia que

O mito da ralé ociosa ateniense é, portanto, uma queixa antiga de senhor contra servo, mas acrescida da urgência de uma nova ordem social na qual o trabalho assalariado e sem propriedade se tornava, pela primeira vez na história, o modo dominante de trabalho (Wood, 2011, p. 172).

As formas políticas construídas junto desse novo modo de produção capitalista edificaram sociedades com capacidades de organização e representação totalmente diferentes. A expropriação do conceito de regime democrático se deu em termos de operacionalizar uma sociabilidade política muito mais restrita que a da ágora ateniense. Alteram-se, assim, as atuações no campo democrático a partir dessa transição operacionalizada entre a participação direta como resquício de uma sociedade de “pessoas desocupadas”, sustentadas com o trabalho dos outros, para uma participação via eleições de representantes do povo, caracterizando a parte essencial do projeto de Estado no capitalismo: a exploração de classe (ainda que essa possa ser mais ou menos atenuada). Nas palavras de Wood,

Na sociedade capitalista, os produtores primários são sujeitos a pressões econômicas independentes de sua condição política. O poder do capitalista de se apropriar da mais-valia dos trabalhadores não depende de privilégio jurídico nem de condição cívica, mas do fato de os trabalhadores não possuírem propriedade, o que os obriga a trocar sua força de trabalho por um salário para ter acesso aos meios de trabalho e de subsistência. Os trabalhadores estão sujeitos tanto ao poder do capital quanto aos imperativos da competição e da maximização dos lucros. A separação da condição cívica da situação

de classe nas sociedades capitalistas tem, assim, dois lados: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição socioeconômica - e, neste sentido, o capitalismo coexiste com a democracia formal -, de outro, a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe (Wood, 2011, p. 173).

Assim, qual a relevância em termos políticos, nas democracias modernas, de um cidadão? Considerando que o sistema capitalista condicionou estruturas historicamente concebidas no sentido de estabelecer o domínio do poder econômico através da propriedade privada, alienando a esfera política da esfera econômica, é possível colocar as relações atuais em termos de sistemas democráticos, em que o poder “emana” do povo? Responder e aprofundar tais questões estão além dos escopos do artigo. O presente trabalho pretende apenas sustentar que a morbididade dos indivíduos sociais contemporâneos é, junto do esvaziamento dos significados de democracia e das cidadanias, sintoma das profundas contradições que se expandem a partir do capitalismo. Além disso, desde

O surgimento desse indivíduo isolado teve, desnecessário dizê-lo, o seu lado positivo, cujas consequências emancipadoras a doutrina liberal hoje enfatiza, com seu conceito (mito?) constitutivo da soberania individual. Mas também houve um outro lado. Em certo sentido, a criação da soberania individual foi o preço pago pela multidão trabalhadora para entrar na comunidade política, ou, para ser mais preciso, no processo histórico que gerou a ascensão do capitalismo e o trabalhador assalariado “livre e igual” que se juntou ao corpo de cidadãos, foi o mesmo processo em que os camponeses foram despossuídos e desenraizados, arrancados de sua propriedade e de sua comunidade, com seus direitos comuns e costumeiros (Wood, 2011, p. 181).

Ademais, dadas as manifestações atuais evidenciadas em todo o globo, uma questão pungente, para além do debate acerca da afinidade entre o poder popular e o atual modo de produção, é refletir, em termos de longo prazo, outras maneiras de regular e executar a produção social em um paradigma tecnológico tão avançado como o dos dias de hoje. Ellen Wood, ao final do seu livro, adverte que a lição que devemos aprender “de nossas atuais condições econômicas e políticas é que um capitalismo humano, “social” e verdadeiramente democrático e igualitário é mais irreal e utópico que o socialismo” (Wood, 2011, p. 250).

Considerações finais

Debater o fenômeno contemporâneo das crises da democracia liberal é, como se buscou defender ao longo do texto, tarefa imprescindível para o campo crítico das Relações

Internacionais (como também das ciências sociais em um sentido amplo), na medida em que o mesmo é um desdobramento multifacetado das novas condições precarizadas das sociedades capitalistas do século XXI. Suas manifestações patológicas sob a forma de movimentos e discursos extremamente conservadores são evidências nítidas da insuficiência das explicações atuais dadas por seus opositores históricos.

Nesse sentido, compreender de maneira totalizante o alvoroço social instaurado em diferentes Estados é também um passo a ser percorrido para a elaboração de críticas e propostas que consigam explicitar alternativas à realidade existente. Todo esse caminho que a teoria crítica deve trilhar recai, sobretudo, em sua tarefa de não somente explicar o mundo, mas de transformá-lo. O grau de êxito em relação a estas responsabilidades dependerá da capacidade de apurarmos, com maior ou menor precisão, como ocorre a experiência dos seres sociais em contato com as estruturas e condições que delimitam o sistema capitalista e suas respectivas democracias.

Para tanto, é fundamental a associação de análises que: i) examinem as condições histórico-materiais de desenvolvimento das sociedades e ii) reflitam acerca dos indivíduos e como estes internalizam as características objetivas de nossa realidade. Ademais, as próprias pesquisas aqui apresentadas, longe de esgotarem completamente as problemáticas em questão, apontam, minimamente, meios por onde começar novas reflexões.

Referências Bibliográficas

BROWN, Wendy. **In the Ruins of Neoliberalism: The rise of Antidemocratic Politics in the West**. New York: Columbia University Press, 2019. E-book.

CHESNAIS, François. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Boston: Brill Academic Pub, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.